MANOEL BOMFIM E O

PENSAMENTO INSURGENTE LATINO-AMERICANO |

ALGUMAS NOTAS PARA O DEBATE¹

Manoel Bomfim and Latin American insurgent thought: some notes for debate

SILVA, Gislania de Freitas²

Resumo: Este artigo discute a construção social do pensamento insurgente na obra do pensador sergipano Manoel Bomfim. Ao discutir o que denominou *parasitismo social*, o autor analisa a formação da sociedade brasileira, destacando os problemas herdados da colonização portuguesa, prescindindo do repertório racista, comum no discurso de seus coetâneos. Bomfim teceu duras críticas à elite dirigente e aos intelectuais recheados de conhecimento livresco e avessos aos fenômenos sociais que se desenrolavam diante dos seus olhos. Para o sergipano, o problema não era a leitura de autores estrangeiros, mas a aplicação grosseira de teorias alheias à realidade social que, invariavelmente, eram negativas. As explicações abstratas e teorias exóticas turvavam a visão e impediam que se compreendessem os reais motivos do atraso como, por exemplo, a insistência na monocultura e o tratamento aviltante ao trabalhador. Em sua análise, racismo e parasitismo são indissociáveis, e sob essa chave de leitura se centrará nossa argumentação.

Palavras-chave: Manoel Bomfim. Pensamento insurgente. Parasitismo social. Racismo.

Abstract: This article discusses the construction of the insurgent thought on the work of Manoel Bomfim, a thinker from Sergipe, in the northeast of Brazil. Upon his discussion of what he claimed as *social parasitism*, the author analyses the Brazilian society structuring, highlighting issues inherited from the Portuguese colonisation, forgoing the racist repertoire, which was recurring in his contemporaries' speech. Bomfim criticised the leading elite, as well as the other intellectuals whose knowledge derived only from books and therefore were closed to social phenomena unfolding before their very eyes. According to the thinker from Sergipe, the actual problem was not interpreting foreign authors, but the rude application of theories which were alien to the invariably negative social reality. Abstract explanations and exotic theories blurred Bomfim's contemporaries' interpretation and stopped them from understanding the actual reasons of retardation, such as the persistence of monoculture and the degrading way the workers were treated with. In his analysis, racism and parasitism are inseparable, and under this reading key is our argumentation centred.

Keywords: Manoel Bomfim. Insurgent thought. Social parasitism. Racism.

¹ Recebido em: 09 Mai. 2020 | Aprovado em: 21 Mai. 2020.

² Doutoranda em Sociologia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Observatório das Nacionalidades. Professora da rede estadual de ensino, SEDUC – CE. gislaniafreitas@yahoo.com.br

1 Introdução

Manoel Bomfim foi um prolífico intelectual brasileiro que, como muitos pensadores que viveram na passagem do século XIX para o século XX, dedicou-se a pensar acerca da formação da sociedade brasileira e os efeitos da mestiçagem na composição da população, a contribuição de cada uma das raças fundantes – brancos, negros e indígenas. Suas palavras deixam entrever um forte sentimento antilusitano³, na medida em que ele imputava à transposição do Estado português na construção do Estado brasileiro um dos principais problemas a serem enfrentados pelo regime republicano que se consolidava⁴. Aos negros e indígenas, destacava suas contribuições positivas na construção da nacionalidade, suas resistências ante a destruição de sua cultura e a exploração de seu trabalho (Bomfim 1997, 2005)⁵.

O parasitismo social, conceito estrutural da sua obra, será o recurso analítico de que se servirá para melhor compreender e explicar a origem dos problemas que afligem nossa sociedade. Tomado de empréstimo da obra *Parasitisme biologique et parasitisme social* (1898) dos franceses Jean Massart e Émile Vanderveld, o conceito auxiliará Bomfim em sua análise e o levará a concluir que as raízes dos males não se assentam sobre as raças constituintes de nossa população, mas no modelo de exploração aqui empregado durante os séculos de regime colonial e, no caso do Brasil, também durante o Império.

Tal inovação metodológica e conceitual, contudo, não o permite romper com a linguagem biologicista que tanto critica. Muito embora não haja uma transposição

-

³ Álvaro Bomílcar, em sua obra *O preconceito de raça no Brasil*, de 1916, retoma as discussões de Bomfim sobre a mestiçagem e a sua inspiração antilusitana, muito embora discorde deste no tocante ao papel da Igreja Católica na formação do Brasil e a alternativa agrícola para o futuro da nação. Bomílcar foi acolhido entre os seus e apontado por Guerreiro Ramos como pioneiro ao tratar as relações étnicas do Brasil sem o ranço racista, enquanto Bomfim foi deixado de lado pela Ciência Social que se construiu posteriormente. O próprio Bomílcar aponta como um dos principais fatores para a obra do sergipano ter sida abafada o boicote dos editores portugueses, que dominavam a imprensa da capital nas primeiras décadas da república, devido ao seu exacerbado antilusitanismo (Oliveira, 1990). Importante destacar que seu aguerrido antilusitanismo não o impediu de inscrever o Brasil em uma linhagem latina (Bomfim, 2005).

⁴ Os americanistas apontavam a influência cultural ibérica como negativa, fator de atraso ao desenvolvimento. Sobre a discussão entre iberistas (que viam a herança ibérica como fator positivo de aglutinação social) e americanismo, ver Luiz Werneck Vianna (1997), *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.

⁵ Darcy Ribeiro (2005) destaca Manoel Bomfim como o primeiro antropólogo brasileiro, por sua admiração pelos indígenas e seus trabalhos de pesquisa entre os Botocudos.

irrefletida da linguagem das ciências exatas para a análise histórica que realiza, Bomfim ainda está preso ao discurso ideológico dominante, mesmo que com um contradiscurso crítico. "Não se trata de um discurso que se pretenda oposto ao discurso ideológico. É antes um discurso crítico que explora as contradições do discurso dominante" (Sussekind & Ventura, 1984, p. 16).

Analisando os discursos radicais no pensamento social brasileiro, Antônio Cândido (1988) diferencia o que seria um pensamento radical de outro de corte revolucionário. Para ele, o pensamento radical encontra seus limites na classe social que o gesta, as classes médias e altas, que não logram executar pensamentos e ações revolucionários transformadores das bases sociais e das relações produtivas baseadas na exploração. Contudo, assevera que em sociedades conservadoras como o Brasil, o pensamento radical pode servir de fomento para a construção de uma consciência política das classes trabalhadoras, asfixiadas em meio à imensa desigualdade econômica e social nos países subdesenvolvidos, muito embora a radicalidade tenda a perder seu ímpeto transformador via ações corretivas e paliativas.

Para Cândido, Manoel Bomfim foi um pensador radical, original, que, em alguns momentos, dialoga com o Socialismo e com o Anarquismo. De fato, Bomfim foi o primeiro pensador brasileiro a destacar o caráter conservador das elites americanas nos países neo-ibéricos. Esse "conservantismo essencial" (Bomfim, 2005) seria a herança da colonização portuguesa no Brasil. Bomfim, experimentando as ambiguidades do radicalismo, aponta uma solução ilustrada para os problemas nacionais: a instrução pública.

Embora Bomfim não tenha conseguido construir um "pensamento revolucionário", a argúcia de suas observações e seus posicionamentos políticos, teóricos e metodológicos o destacam dos seus contemporâneos. Sua concepção de ciência e objetividade, afeto e emoção; a busca por construir uma história nacional contada a partir de nossos olhares sobre as nossas vivências, acontecimentos e grandes homens, sem o ranço da historiografia bragantista; sua perspectiva internacionalista e continental ao narrar a história compartilhada pelos povos neo-latinos garantem ao sergipano um lugar de destaque no panteão de grandes pensadores latino-americanos.

2 "Pensamento social" e "teoria social": Norte e Sul na produção do conhecimento

Quando estudantes da seara das Ciências Sociais se debruçam sobre o chamado pensamento social brasileiro, logo afluem para Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freire, Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior⁶. São obras consideradas "clássicas", de "pais fundadores", aos quais sempre nos remetemos em nossos trabalhos. Utilizamos suas referências teóricas para analisar problemas contemporâneos e legitimar nossa fala e saber científico (Giddens, 2011).

O clássico goza de um status diferenciado, tornando o estudo analítico de seus escritos premissa tácita para os estudiosos contemporâneos da disciplina. Tal eleição de clássicos independe do empirismo de suas obras, mas assenta-se em um consenso disciplinar, referente a coisas não-empíricas (Alexander, 1999). Muito embora estudiosos como Galileu Galilei, Isaac Newton e alguns outros possam ser apontados como fundadores de uma ciência natural assente em novas bases experimentais e empíricas, não é necessário ao estudioso contemporâneo voltar às fontes para validar seu conhecimento. Ao contrário, a premência da publicação de artigos científicos demonstra como, rapidamente, se tornam obsoletas as descobertas e os avanços nesse campo do conhecimento. Diferentemente, nas ciências humanas o conhecimento envelhece lentamente, sendo o esforço constante de revistar os clássicos um juízo tácito para os pesquisadores: o livro é nosso material privilegiado (Ortiz, 2004).

Contudo, tal eleição de clássicos possui caráter arbitrário e acaba por engendrar hierarquias, lançando luz sobre alguns enquanto escondem na penumbra incontáveis

6 As três obras são referências básicas para os estudantes nos cursos de graduação. Analisando o que

institucional, a universidade. Freyre, por outro lado, escreveu fora da academia e vincula-se tematicamente a Silvio Romero, reelaborando a discussão em torno da temática da raça, partindo do culturalismo de Franz Boas.

considera as tendências do pensamento brasileiro, Ianni (2000) faz uma distinção entre os autores que seriam os precursores, ávidos por compreender a formação da sociedade civil, imersos em uma sociedade escravista, dentre os quais destaca Silvio Romero e Joaquim Nabuco; os clássicos, que, além dos citados, incluem Oliveira Vianna e Riberto C. Simonsen, possuindo em comum a crença de que o Brasil é "marcado por uma vocação agrária" (Ianni, 2000, p. 70); e, os novos, imprimindo um fôlego renovado às interpretações do Brasil, como Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. Renato Ortiz (2012), refletindo sobre o que se convencionou como a tríade de clássicos brasileiros, distingue dois pilares: de um lado, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior fundam uma nova linhagem de pensamento dentro de um espaço

pensadores e suas produções teóricas, em âmbito nacional e, principalmente, no que concerne à formação das ciências sociais modernas em nível internacional. As primeiras produções sociológicas coincidem, temporalmente, com o avanço imperialista das grandes potências do Norte sobre várias áreas do planeta. Estão inscritas no mesmo circuito literário dos romancistas e não possuem, necessariamente, vinculações acadêmicas. As Ciências Sociais surgem para dar respostas a problemas europeus, sendo quase inevitável que seus pressupostos e formulações fossem eurocêntricos⁷.

Sob este olhar imperial, as ações e violências perpetrados são percebidos não como contradições entre os discursos liberal e democrático que ecoavam nas metrópoles, mas como uma incompatibilidade de povos possuidores de culturas inferiores e atrasadas e o avanço político e social do Ocidente. (Wallerstein, 1996; Connell, 2012a, 2012b, 2017; Lynch, 2013). Nesse contexto, engendra-se uma ignorância assimétrica, nos termos de Chakrabarty (2009), fazendo com que seja necessário ao pesquisador situado em zonas periferizadas referir-se constantemente às abordagens e teorias pensadas no "centro", sob pena de ter seus trabalhos invalidados ou reputados como locais e, portanto, sem muita relevância, ao passo que aos intelectuais eurocêntricos é permitido proposições de cunho universalista, passando ao largo, muitas vezes, das experiências sociais fora do Ocidente.

Refletindo sobre as distinções entre "pensamento" e "teoria", Lynch (2013) discorre acerca do que denomina "fantasma da condição periférica", que, durante décadas assombrou os intelectuais nacionais. As cronosofias difundidas por países cêntricos, ao instituir o sentido unilateral do progresso da razão, do "espírito universal", relegavam à periferia dezenas de novos Estados nacionais, mormente ex-colônias que não haviam amadurecido suficientemente ao ponto de colaborar, com um lampejo de civilização, para a história universal. Esse paradigma civilizacional liberal deixou marcas indeléveis no "cosmopolitismo periférico" abraçado por muitos dos nossos expoentes intelectuais, como Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha.

⁷

⁷ Wallerstein (1996, p. 98) apresenta cinco formas pelas quais as Ciências Sociais expressam seu eurocentrismo: "1) en su historiografia; 2) en el provincianismo de su universalismo; 3) en sus presupuestos sobre la civilización (occidental); 4) en su orientalismo, y 5) en sus intentos de imponer la teoría del progresso".

Lynch (2013) também destaca a inserção subalterna da produção teórica brasileira no computo internacional da produção científica. Contudo, o mais interessante em sua abordagem do tema é a autodepreciação que muitos intelectuais brasileiros experienciaram e repercutiam em suas obras, ao dar demasiada ênfase ao que era produzido no norte do Atlântico em detrimento da produção nacional. Viam-se confrontados com o "dilema do mazombo", um profundo amor por sua pátria, mas com os olhos voltados para o que consideravam o coração da civilização. As obras produzidas por nacionais pouco interesse despertava em seus pares, ávidos de ares civilizados.

Para muitos estudiosos nacionais, o Brasil era um país sem povo. Tampouco gozava de uma história digna de nota, quando comparado com as "velhas tradições" e histórias nacionais dos países europeus. Esse desalento fica patente nos inventários das produções literárias, filosóficas e políticas, escritos por brasileiros analisando as obras nacionais, preponderantemente pessimistas e negativas. Somente na década de 1930 passou-se a estudar a história e as peculiaridades nacionais não em termos comparativos com as nações postas no centro, elencando as deficiências e atrasos. Nesse período, iniciou-se a produção sistemática de obras voltadas para a compreensão da formação nacional por si, com o que tinha de próprio e original⁸. Essa abordagem acompanhava um movimento ibero-americano de historicização e relativização do conhecimento, apontando a simultaneidade entre a produção nacional e internacional, pondo em xeque as hierarquias instituídas no âmbito da produção do conhecimento (Lynch, 2013).

Contudo, apesar das novas abordagens, o que era produzido no Brasil ainda era percebido como insuficiente e deficitário quando comparado às ideias cêntricas. Isso era evidente nas experiências do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), não obstante a forte perspectiva anticolonial de inspiração fanoniana que animava os estudiosos, e as resistências na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) em pensar a produção nacional no que trazia de positivo para a análise dos problemas nacionais (Ortiz, 2012a; Lynch, 2013). Era forte a insistência numa inserção

-

⁸ É interessante a análise de Lynch (2015) sobre a obra de Guerreiro Ramos, destacando o esforço do baiano em fazer um resgate crítico do pensamento sociológico brasileiro. Para Ramos, a sociologia deveria adequar a diversidade de culturas, apontando o caráter histórico e cultural de todos os fenômenos sociais.

subalterna e o que fora produzido anteriormente era tido por ensaístico, ideológico, cópia sem originalidade que não lograram ser ciência.

Nesta perspectiva, tudo o que o sociólogos poderiam fazer a respeito dos autores brasileiros do passado e estuda-los como tais, enquanto grupo, deixando de lado a questão do valor heurístico das obras por eles deixadas, e que deveriam ser considerados somente no plano de suas estratégias de ascensão social. (Lynch, 2013, p.756)

Não à toa, com frequência se usa os termos *pensamento social* e não *teoria social* ao se referir a produção intelectual brasileira.

Quem produzia *teoria* era um *autor*, isto é, um especialista, um acadêmico, um cientista. Quem produzia *pensamento*, ao contrário, era um *ator*, voltado para aplicação da teoria para um contexto mais circunscrito no tempo e no espaço. O *pensamento* se caracterizaria pela aplicação prática, por parte dos *atores* dos países periféricos, à sua realidade política específica, concreta e particular, da teoria políticosocial produzida por *autores* que, instalados nos países cêntricos, elaborariam uma reflexão dotada de um nível maior de abstração e uma pretensão de validade universal (Lynch, 2013, p. 758, grifos do autor).

Nos últimos anos, as análises acerca da transnacionalização dos estudos da história da disciplina sociológica apontam para as críticas às abordagens eurocêntricas em que o Norte (Europa e Estados Unidos) é apresentado como difusor de ideias e teorias para o resto do globo, cedendo espaço para novos trabalhos que apontam para o fato de a produção de conhecimento não ser via de mão única. Há um fluxo que parte do Sul em direção ao Norte, e mesmo correntes de pensamento Sul-Sul, como a teoria da dependência desenvolvida por estudiosos latino-americanos, uma nova gama de pesquisas que discutem as condições de criação e inovação científica na América Latina. Estas novas abordagens transnacionais buscam superar o nacionalismo metodológico no campo da História da Sociologia, evidenciando os "circuitos periféricos" de produção de conhecimento (Connel, 2012a, 2012b, Maia, 2011a, 2017; Ortiz, 2012b; Martins, 2015, 2019).

Abre-se, na América Latina, o que Martins (2019) denominou de Teoria Crítica da Colonialidade (TCC), apontando para um diálogo transnacional mais profundo, que

ultrapassa as barreiras regionais e amplia o debate pelas trocas de experiência, incluindo diversos centros de produção de conhecimento em torno da problemática pós-colonial. A TCC parte do entendimento que existe uma unidade ontológica entre as diversas experiências intelectuais que, "(...) em diferentes momentos e lugares, nasce de um sentimento libertário e anticolonial compartilhado" (p. 14).

Esse descentramento teórico não pressupõe alguma espécie de essencialismo sociológico nacionalista, mas busca apresentar teorias produzidas fora do eixo Norte e que podem trazer novos elementos para a sociologia histórica global⁹. Como lembra Renato Ortiz, "a tradição iluminista é uma herança, no sentido pleno da palavra, e dela fazemos parte" (Ortiz, 2012b, p.14). Cumpre, então, destacar, o potencial de diálogo teórico entre o "pensamento social" brasileiro e a "teoria sociológica" global, no sentindo de ampliar o repertório sociológico disponível a partir de análises de realidades sociais que diferem das experiências do Norte e que requerem novas abordagem teóricas e conceituais, instigando o olhar do pesquisador, ampliando as possibilidades da "imaginação sociológica". Situar o que é produzido no Brasil e na "periferia" do sistemamundo capitalista dentro de uma abordagem transnacional de produção científica é passo fundamental para que se logre criar uma sociologia que seja, de fato, global. "Inscrever o pensamento brasileiro numa história transnacional do pensamento social implica situálo como parte integrante de um movimento de ideias global, que pode ter relevância e ressonância para estudiosos e pesquisadores das mais variadas regiões do mundo" (Maia, 2011b, p. 87).

Construiu-se um consenso em torno da ideia de que a produção teórica de escopo universal é factível para alguns, enquanto a aplicação pode estar ao alcance de todos. Não coincidentemente, esses poucos iluminados nascem e produzem teoria no Norte. Ou seja, era negado de antemão a possibilidade de uma produção teórica "universal", uma vez que a produção sociológica nos países "periféricos" se via entremeada com a questão nacional – o que, invariavelmente, conferia um traço local a tudo o que era produzido. Não

subversiva.

-

⁹ Nesse sentido, oportunas são as considerações de Grosfoguel (2012), destacando não ser possível um externo absoluto ao Ocidente, negando, dessa forma, novos essencialismos. Para ele, o pensamento descolonial pode ressignificar os discursos hegemônicos a partir de alternativas epistêmicas subalternas. "Esses são espaços produzidos por sujeitos subalternos que pensam e criam estratégias do lado subordinado da diferença colonial (...)" (p. 354). Tal movimento cria o que ele denominou *cumplicidade*

obstante, os novos estudos acerca da formação histórica das ciências sociais dão conta de que mesmo os clássicos pais fundadores tinham como referentes suas comunidades nacionais de origem¹⁰ (Ortiz, 2012b; Costa, 2010; Martins, 2019). Diante disso, Renato Ortiz esclarece que

(...) a especificidade do nacional, vista antes como um entrave ao conhecimento, não seria uma dimensão exclusiva das realidades periféricas, o que faz com que a pretensa distinção entre universal (Estados Unidos e Europa) e particular (o restante do mundo) se torne cada vez mais questionável. A história das ciências sociais deixa de ser pensada segundo a matriz difusionista, exportando da metrópole para a periferia, dando conta de um quadro bem mais complexo de sua constituição transnacional (Ortiz, 2012b, p. 21).

A Ciência Social brasileira também está passando por uma fase de questionamento do "cânone" e a obra de autores que foram "esquecidos" estão sendo objeto de escrutínio. O volume de material produzido nos últimos anos, as pesquisas em desenvolvimento nos programas de pós-graduação são provas da maturidade nessa área de pesquisa (Lynch, 2013; Maia, 2017). Novas análises críticas das obras dos intérpretes do Brasil têm trazido à tona autores e obras que foram deixados de lado e agora vem ganhando cada vez mais espaço nas universidades nacionais (Costa, 2005).

Durante muitas décadas, a obra do sergipano Manoel Bomfim foi deixada de lado e só recentemente foi "redescoberta". Um estudo inserido nesse âmbito é *Manoel Bomfim: um rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar (2000), uma biografia sociológica que traz uma análise robusta da obra bomfiniana. Além de interessantes detalhes da vida e atuação pública do personagem central, Aguiar questiona o esquecimento de um intelectual tão prolífico e de ideias tão marcantes.

Contudo, quase vinte anos depois, falar de esquecimento não corresponde mais aos fatos, tendo em vista as dezenas de artigos publicados e a produção de monografias, dissertações e teses sobre a obra de Bomfim. Esse resgate não é aleatório. As rápidas mudanças decorrentes do aprofundamento do processo de globalização acabam por

¹⁰ O artigo de Renato Ortiz (2012b) sobre a diversidade de sotaques nas Ciências Sociais traça uma relação entre a divisão intelectual do trabalho e o Ocidente posto como núcleo da modernidade.

reverberar nas teorias sociais que tentam explicar a realidade social. Com a redistribuição de forças internacionais e a consolidação de uma ordem multipolar, assistimos à substituição da categoria "tempo", entendido como linear e progressivo no sentido do desenvolvimento europeu, pela categoria de "espaços", que denota a nova configuração de poder (Ortiz, 2013).

Nesse sentido, *A América Latina: males de origem* é uma obra singular tanto no tocante ao contexto em que foi escrita como no âmbito da produção teórica de Manoel Bomfim. Escrita com bastante refinamento e aparato histórico, principalmente nos estudos *Compêndio de história da América* (1899) de Rocha Pombo, *História de Portugal* (1882) e *História da civilização ibérica* (1894), do português Oliveira Martins, não deixa de saltar aos olhos do leitor mais atento a indignação contida em cada palavra. Foi uma resposta efusiva e contundente aos agravos repetidos pela *intelligentsia*, tanto nacional como internacional, contra os povos latino-americanos. Sob o lastro da ciência, repetiamse os argumentos racializados presentes desde o início da empreitada colonial. Bomfim questiona não somente os pressupostos de objetividade do saber científico, mas também os limites e a validade das explicações assentes em teorias biológicas, além de propor, ao longo de sua carreira de escritor e docente, projetos para a construção coletiva de um Brasil verdadeiramente republicano e democrático.

Na América Latina, no período pós-independentista, floresceram diversas análises e críticas de pensadores que se dedicaram a compreender a formação dos Estados nacionais e as peculiaridades que cabiam a cada nacionalidade. Também não faltaram análises que refletiam sobre a América Ibérica. O traço comum entre esses autores e obras é a crítica que faziam ao regime de exploração colonial e as consequências sociais e políticas para os novos Estados. Neste contexto se insere a obra de Manoel Bomfim.

Rompendo com o pensamento hegemônico de forte cunho racista, Bomfim lança sua tese de *parasitismo social*¹¹ para explicar o nosso atraso em relação às demais nações e a origem de nossos problemas sociais¹². Longe da degenerescência racial, as raízes de

-

 $^{^{11}}$ Acerca do conceito parasitismo social, ver Sussekind & Ventura (1984), Ventura (2002), Silva & Mathias (2016).

¹² Somente a partir do ensaio *O Germanismo*, publicado no *Jornal do Commércio* em 17 de agosto de 1914, é que Bomfim passa a usar o termo imperialismo para referir-se ao processo de dominação econômica e política de uma nação sobre outra (Aguiar, 2000).

nossos males eram bem mais profundas, uma vez que se ligavam ao modelo espoliativo e predatório de colonização, sendo as jovens repúblicas latinas e o império brasileiro herdeiros das mazelas institucionais de Espanha e Portugal. Suas palavras deixam claro a perspectiva de análise que imprime aos seus estudos históricos, fugindo dos determinismos biológico e social, adentrando na organização política e econômica da ordem colonial:

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalcitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo o mundo vive dessa riqueza, ou diretamente – explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma (Bomfim, 2005, p. 128-129).

Como elucidado na passagem anterior, Manoel Bomfim lança-se à compreensão da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, não esquecendo os laços que nos ligam com os demais Estados nacionais e povos do continente. A explicação para o atraso reside em nossa constituição histórica colonial, não na matriz biológica que compõe o povo latino-americano. Reduzir a explicação a termos biológicos é deixar de lado o principal aspecto da composição dos problemas que nos afligem até os dias atuais: séculos de colonialismo político, econômico e cultural. "Exploradas pelo mercantilismo voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender" (Bomfim, 2005, p. 54).

Bomfim também rejeitava o termo América Latina que, em sua concepção, serve tão somente para uma designação geográfica a fim de se contrapor à América inglesa. Destacava que erámos chamados de latino-americanos pelos que olham e falam de fora. Colocavam sob a mesma rubrica povos que, apesar de compartilhar características

forjadas no bojo da empreitada colonial, possuem singularidades. Para ele, essa tentativa de uniformização, assentado em desconhecimento, má vontade e preguiça, encobre as particularidades dos povos e nações. O sergipano defendia que, não obstante os elementos comuns que guardavamos com outros povos latinos, era necessário demonstrar o que nos era peculiar e, assim, ao tomar conhecimento de nosso processo formador, poderíamos traçar os caminhos para a construção de uma nação forte e progressista, capaz de desenvolvimento econômico e social (Bomfim, 1997; Silva & Mathias, 2016).

3 Parasitismo social e racismo na obra de Manoel Bomfim

Apresentada ao público em 1905, *A América Latina: males de origem* é fruto de quase uma década de estudos e pesquisas sobre a história do Brasil e do subcontinente sul-americano (Bomfim, 2005). Contudo, é somente durante sua estadia em Paris, durante o ano de 1903, que Bomfim decide escrever a obra. Na Europa, o sergipano imergiu nas falas, estudos e apreciações sobre o seu continente. Chegou à conclusão de que eram aproximações superficiais e desprovidas de conhecimento histórico das peculiaridades das repúblicas ibero-americanas. Sobre a rubrica América do Sul, colocavam em um mesmo balaio de sentenças desabonadoras e depreciativas povos distintos que, apesar das raízes coloniais comuns, eram em muitos aspectos diversos.

Chegando aqui, à Europa, não só a natural saudade daqueles céus americanos, como a apreciação direta dessa reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul, provocaram a reação afetiva que aqui se traduz na publicação destas páginas. Fora daí, elas não viriam, talvez, à luz. (Bomfim, 2005, p. 37)

Suas palavras deixam transparecer seu espanto ao saber da reputação da América ibérica. Contudo, o que despertou seu interesse foi a coincidência em que estudos e comentários depreciativos sempre vinham acompanhados de afirmações sobre a riqueza dessas terras. Percebeu que a depreciação e a cobiça andavam juntas. "Este é o sentir geral que traduz não só um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito como certa má vontade de quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo à posse e ao gozo de

uma riqueza apetecida" (Bomfim, 2005, p. 43). Bomfim anteviu o projeto imperialista Europeu e estadunidense para o continente. As "sentenças condenatórias" serviam de justificativas para a intervenção.

Na busca por compreender a política e a ação colonizadora da Ibéria em solo americano, o sergipano desenrola ao longe o novelo da história e remonta a séculos de saques, conquistas e sucessivas invasões que fizeram daquele povo guerreiro. "Peleyar por peleyar", eis a norma. Desse longo processo histórico, duas características marcantes conformaram a colonização: a educação guerreira e o viver de saques e rapinagens. Sem condições para o cultivo da terra ou para o trabalho metódico, esses povos, impetrando esses "crimes de fidalguia", passam a viver de espólios, buscavam riquezas que custavam ousadia em aventuras, nunca o trabalho rotineiro. "A ideia coletiva aqui é varrer a Terra para o saque universal" (Bomfim, 2005, p. 90)¹³.

O modelo parasitário trazido das metrópoles e aplicado com violência às colônias mostrou logo seu fruto amargo no aspecto econômico. Acostumados que estavam a viver às expensas do trabalho alheio, o Estado lusitano logo impôs seu regime aos colonos que, por sua vez, faziam sob o estalar do chicote trabalhar os indígenas e os negros escravizados. Nesse ponto, é explícita a influência de Oliveira Martins, uma intertextualidade luso-brasileira no texto bomfiniano. Da obra do português, Bomfim retira os elementos que comporão o quadro das raízes parasitárias da Ibéria. É também essa obra que inspirará a mais veemente crítica aos "teoristas da exploração", que justificam dominação, violência e espoliação por uma "fatalidade natural" das raças. Analisando a obra de Bomfim, Marçal Paredes (2010) aponta a existência de um neolamarkismo moralista, uma transmissão dos caracteres hereditários. Há uma transmutação da Ibéria como mal de origem.

Certo era, no entendimento de Bomfim, que o Estado brasileiro, pelos seus vícios e degradação completa, representava ainda o passado colonial português. Assim sendo, não será difícil perceber qual era a bactéria a ser

¹³ Em *O Brasil na América*, publicado em 1927, Bomfim retoma a discussão histórica proposta duas décadas antes. Desiludido com a política no presente, sua preocupação centrava-se, nesse momento, em buscar no passado colonial o nascimento das tradições nacionais. "Lá em cima, com o anunciar da nacionalidade, gira um sopro de vivificante aurora: purifiquemo-nos, reanimemos nele" (Bomfim, 1997, p. 28).

combatida: o lastro da memória lusitana na sociedade brasileira, que o autor isola, qual *parasita*. O traço ibérico, portanto, é o responsável pelo mal de origem comum da América Latina (Paredes, 2010, p. 355, grifo do autor).

Na condição colonial, instala-se um duplo parasitismo: a metrópole parasita a colônia, e as elites coloniais, por sua vez, parasitam as populações locais. Nesse circuito estruturava-se o comércio ultramarino que contava com a participação de intermediários para seu funcionamento. Bomfim utiliza fartamente conceitos biológicos para explicar as relações de dominação e exploração, sem lançar mão de conceitos econômicos para elucidar a exploração colonial e entre as classes dominantes e dominadas, apresentando uma *teoria biológica da mais-valia*, nos termos de Sussekind e Ventura (1985). Em sua análise, os autores destacam que, embora não haja citações explícitas da obra marxiana, é possível encontrar diversos pontos de confluência na obra do sergipano com os escritos de Marx.¹⁴

Tudo o que se produzia na colônia fluía num caudal ininterrupto para as metrópoles coloniais. O português e o espanhol vinham para o novo mundo dispostos a enriquecer e voltar para o solo pátrio. Não se fixavam à terra e não tinham interesse. Consumia-se a força de trabalho de milhares de indivíduos, negros e indígenas, enquanto eram tolhidas todas as tentativas de inovação, criação e indústria. O parasitismo espraiouse em todas as direções, sufocando e estiolando a nação que florescia, maculando as relações sociais com a chaga da escravidão.

Ao moralista e ao sociólogo há de parecer impossível, ao ler as crônicas da escravidão, que entre humanos houvessem chegado ao estado de perversão moral característico e comum nos senhores de escravos. Não se trata de coisas passageiras, de ódios e cruezas que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de *senhor* e escravo (Bomfim, 2005, p. 149, grifo do autor).

¹⁴ A respeito da perspectiva marxista na obra do sergipano, a leitura de Vecchi (2015) é esclarecedora ao aproximar Bomfim de Antônio Gramsci, destacando a heterodoxia que marca a singularidade de seus percursos intelectuais. Segundo o autor, o acúmulo de parasitismos apontados por Bomfim prefigura o conceito de colonialidade.

Bomfim é intransigente quanto à escravidão negra e indígena e denuncia as mazelas sociais decorrentes dessa relação aviltante e desumanizadora. Contudo, o sergipano expressa uma ambiguidade ao tratar a questão. Negros e índios são infantilizados, como se necessitassem de tutela e proteção. Os negros são dóceis, bravos, sempre prontos a resistirem ao mal que lhes infligem; os índios são aferrados à liberdade. São "raças rudimentares e maleáveis" que tiveram seu desenvolvimento interrompido pela empresa colonial. Faculta-lhes uma capacidade renovadora, mas não de diretriz, que compete a "raça mais culta" (Bomfim, 2005, p. 261-262). Entretanto, o espantoso é que explicita a falta de liberdade e voz dos povos postos em cativeiro, destaca o silenciamento a que foram ativamente submetidos e a resistência e bravura persistentes em busca da liberdade. "Não eram livres de dar expressão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo quereres e sentimentos destes" (Bomfim, 2005, p. 262).

Às acusações de indolência, perfídia e violência que dirigiam aos indígenas, rebate destacando sua valentia e indômita coragem, mesmo que "temerários" e "ferozmente obstinados". Critica os bandeirantes, símbolo da civilização paulista, acusa-os de extermínio. Acoimados reiteradas vezes de índole violenta e cruel, o sergipano defende os povos autóctones: devolveram ferocidade contra ferocidade. Cruéis e violentas foram as investidas europeias contra diversos povos ao redor do globo. "Pobres indígenas! Faltalhes a cultura da inteligência, a riqueza da imaginação para achar os requintes de atrocidade que os europeus sabem inventar" (Bomfim, 2005, p. 266).

Numa linha argumentativa que guarda assombrosa semelhança com o seminal *Orientalismo* de Edward Said, escrito meio século depois, o sergipano discorre sobre as relações de poder subsumidas na classificação que hierarquiza as relações, inferiorizando populações inteiras, em favor da atuação violenta dos que se proclamam superiores. "As raças subjugadas não possuem a capacidade de saber o que era bom para eles" (Said, 2007, p. 70), expõe o palestino. Para Said, o orientalismo é um conjunto de limitações e restrições que influenciam os povos orientais, mas também os ocidentais, alimentando recursivamente a ideia de superioridade "natural" do ocidente. De igual modo, Bomfim denuncia que a "sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos" lavra sentenças

condenatórias reputando inferioridade a diversos grupos que, somente mediante a intervenção dos povos "cultos e superiores" poderiam ser resgatados do barbarismo em que se encontravam.

Ao ressaltar sua paixão durante a execução da escrita e proferir duras críticas à objetividade científica na qual não acreditava, Bomfim confronta todo o peso de uma tradição estabelecida de interpretações, diagnósticos e soluções para o Brasil. Para ele, não existia conhecimento imparcial. Ao intelectual abriam-se dois caminhos: esconder seus sentimentos e interesses ou declará-los (Gontijo, 2003). Sua compreensão do conhecimento científico assente na observação, não restrito aos livros e ao gabinete, só posteriormente seriam pautas de discussões nas Ciências Sociais. Bomfim foi um intelectual de transição, vislumbrando e vivenciando valores que demorariam a se tornar norma amplamente aceita no meio acadêmico. Crítico contumaz do modelo de ciência feita por seus coetâneos, não media palavras para expressar o que considerava ser uma limitação no fazer científico e a "cegueira" que acompanhava as lentes estrangeiras pelas quais se olhava a sociedade brasileira, uma vez que foram pensadas para olhar outras sociedades. Bomfim não aceitou tais teorias que, em última instância, condenavam a América Latina. Para ele, o conhecimento que adquirimos com o estudo e análise minuciosa dos livros é importante; mas, sozinho, facilmente, se tornaria letra morta distante do mundo que pretendia explicar. Assim descreve a recepção das teorias e a prática da ciência por seus pares:

> Certo, existem na América do Sul muitos homens ilustrados - pela livraria, muitos espíritos curtidos de leitura; mas ciência de verdade, que é a ciência baseada na observação, essa não existe. Assim se explica por que se conhece tudo - do céu e da terra - menos o meio e a natureza dentro da qual vivem todos. O pouco que sabem é de torna - viagem, aprendido nos livros; as observações e experiências são geralmente a cópia servil de outras, havidas nos livros; são "pastiches". (...) É noção que ainda não entrou nos ânimos das gentes letradas deste continente – que é possível aprender fora dos livros. Para esta classe, como para todo o mundo, aqui, a ciência se reduz à leitura; as competências medem-se pelas bibliotecas, traduzem-se por discursos, e afirmam-se pela erudição. E como nenhuma cultura se faz pela observação das coisas, e como nenhuma produção intelectual se liberta da influência direta dos livros, não existe nenhuma originalidade, porque esta só existe para quem sabe inspirar-se na natureza, onde a novidade é constante. Não há espírito científico, nem pode haver; a leitura só dá instrução, isto é, serve apenas

para pôr o indivíduo ao nível da corrente intelectual da época; mas, em realidade, ela não educa a inteligência, porque não desenvolve o espírito de observação, não metodiza a elaboração mental, nem estimula a originalidade. Em resumo: a leitura é indispensável, mas não o bastante. (Bomfim, 2005, p. 189, grifos do autor).

Institucionalmente, o saber científico era considerado como tal à medida que se citava, repetia, propagandeava teorias estrangeiras, importando pouco se a realidade era diversa e se as conclusões nos legavam o atraso, a pobreza, a degeneração (Schwarcz, 1993; Ventura, 1991; Carvalho, 2000; Alonso, 2002). Quanto a isso, Bomfim foi ácido e não deixou margem para dúvidas sobre o que pensava dessa prática, muito embora também utilizasse fartamente técnicas retóricas.

Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma ideia original, nem uma só observação própria. E disto ninguém se escandaliza: o escândalo viria se houvera originalidade. (Bomfim, 2005, p. 189-190)

Nesse cenário, o racismo não servia tão somente aos interesses imperialistas em franca expansão (ponto reiteradas vezes exposto por Manoel Bomfim), mas coadunava fortemente com as ideias das elites que queriam se manter afastadas das massas. Como explica Roberto Ventura (1991), no Brasil, racismo e liberalismo são aclimatados na ambivalência entre a degeneração e a singularidade mestiça.

O racismo científico assumiu uma função *interna*, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo. A identificação dos letrados com os valores metropolitanos levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebida pela mediação do discurso europeu. (Ventura, 1991, p. 60, grifo do autor)

Bomfim denunciou o uso abusivo e equivocado da teoria darwinista para justificar as crueldades perpetradas pelos colonizadores contra negros e índios. Era lugar comum

referenciar a obra de Charles Darwin para justificar "cientificamente" a subjugação e a escravização de milhares de seres humanos, "filósofos do massacre". Em suas palavras:

Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes. (...) Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como dizem os teoristas do egoísmo e da rapinagem (Bomfim, 2005, p. 267-275, grifos do autor).

Assim arremata:

"(...) Na realidade, a tal superioridade se exprime assim: depois de massacrar uma população por meio de balas dum-dum, incendiar casebres, destruir plantações, e colher alguns despojos, impor aos sobreviventes uma escravidão disfarçada, e acabar por destruí-los, derramando entre eles o alcoolismo, a sífilis e outras moléstias. (...) Mal se compreende como esses homens confundem assim, lastimosamente, as 'alternativas históricas dos povos' com 'inferioridade definitiva das raças'" (Bomfim, 2005, p. 277-278).

Como se depreende das passagens supracitadas, Bomfim lançava por terra toda a discussão embasada na teoria de Darwin que referendava a divisão hierárquica da sociedade brasileira, assente não somente numa divisão de classe mas que espelhava um recorte racial no qual os não – brancos eram reiteradamente destituídos de seus direitos, sobrevivendo, muitas vezes, em condições insalubres. No Brasil, as polêmicas entre adeptos do darwinismo e de outras de outras teorias evolucionistas foram diversas, concernentes a validade e aplicação 16, sendo apropriado e deturpado no darwinismo

_

¹⁵ No início do século XX, o darwinismo ainda gozava de grande prestígio entre os intelectuais brasileiros. Gualtierre (2003) destaca que o darwinismo nunca foi aplicado de forma homogênea, posto que os estudiosos da obra de Darwin selecionavam as partes que coadunavam com suas convicções científicas, filosóficas e religiosas. A unanimidade cercava somente a noção de evolução, mas as formas possíveis de como está se processaria na natureza foi objeto de muita controvérsia entre os cientistas.

¹⁶ É importante destacar que evolucionismo e darwinismo se referem a pressupostos científicos distintos que, no, entretanto, passaram a ser utilizados como sinônimos.

social e utilizada como justificativa para a manutenção da escravidão e do extermínio indígena¹⁷. O amálgama singular que unia ideias políticas liberais assentes na liberdade individual e as barreiras biológicas impunham severos limites ao corroborar com a hierarquização social da sociedade (SCHWARCZ, 2003)

O estudo de Uemori (2008) mostra como a influência da obra de Charles Darwin é forte e determinante não só na composição do pensamento antirracista de Bomfim, que o levou a questionar seus pares, mas ressoa inclusive em sua concepção de ciência, em que a "verdade" pode ser encontrada no embate entre posicionamentos divergentes. Ao esposar a teoria do naturalista inglês, Bomfim o faz numa chave de leitura que o aproxima das concepções do socialista Wallace e do anarquista Kropotikin, apontado a deturpação que reduzia a teoria das espécies a uma luta de todos contra todos, enfatiza a cooperação a solidariedade dos vínculos sociais para a sobrevivência das espécies 18. Para Bomfim, Darwin rompe com o utilitarismo inglês ao enfatizar a vida coletiva, a busca pelo bemestar do grupo. Daí seu apelo, seu propósito utopista da construção de uma sociedade alicerçada na justiça e no apoio mútuo entre todos os indivíduos, expresso em seu ferrenho antirracismo e na ênfase na solidariedade.

Sem espaço para dúvidas, seus escritos causaram desconfortos nos intelectuais ciosos das teorias racializadas que usavam avidamente para justificar privilégios e desigualdades. Bomfim questiona as razões que submetem milhares de indivíduos ao trabalho árduo e precário, a escravidão que destrói violentamente os homens, enquanto uma casta abastada enriquece e vive no luxo, na opulência. E, com esta "metafísica do parasitismo e do egoísmo", tentam justificar com o fatalismo de "leis imutáveis" instituições sociais forjadas historicamente por homens. "Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso

_

¹⁷ Em 1911, Herman Van Hering, outrora diretor do Museu Paulista, defendeu explicitamente o extermínio da etnia Kaingang para abrir espaço para uma estrada de ferro, alegando que estavam fadados ao desaparecimento, como o havia "determinado a ciência" (SCHWARCZ, 2003).

¹⁸ A oposição entre parasita e parasitado, a atenção às classes menos favorecidas não pelo viés racista e desabonador, mas pensando em formas de superar as desigualdades sociais, seja via instrução dentro de uma abordagem democrática mediante a participação no processo político eleitoral, seja apontando uma saída revolucionária, já no final de sua vida, deixam claro as inspirações socialistas de Bomfim. Ianni (2000) destaca Manoel Bomfim como um dos percussores das ideias socialistas no Brasil.

verniz científico estala por todos os lados e por toda parte aparece o sofisma" (Bomfim, 2005, p. 284).

O estudo de Bomfim, fundamentado em dados históricos e análises sociológicas, possui um forte viés crítico e de denúncia contra o Estado e seus representantes que deixam o grosso da população entregue à própria sorte. Questiona os impostos, a falta de educação promovida pelo poder público, a fraude democrática de um processo eleitoral que alija milhões de analfabetos. Questiona os intelectuais e suas análises repetitivas de teorias estrangeiras enquanto desconhecem a situação das populações desafortunadas que compõem nossa sociedade. A obra é um confronto aberto e declarado ao estado dominante de coisas que reforça o *status quo* e mantém os privilégios de uns, enquanto às classes populares restam a pobreza, o trabalho fatigante e a ignorância.

Para que elas desaparecessem, seria preciso que as classes dirigentes tentassem um longo esforço sobre si mesmas, para vencer essa influência do passado que nelas revive, adotando um programa inteiramente oposto a esse que, consciente ou inconscientemente vêm seguindo até hoje. Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas do atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo não aos interesses exclusivos do Estado (e compreendidos de um ponto de vista estreitamente material), mas atendendo às necessidades efetivas da sociedade. Seria preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na constituição de uma nacionalidade, e a educassem, e interviessem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumentos de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ali, apáticos, miseráveis, inúteis... Infelizmente ninguém pensa nisto; prosseguem todas essas quimeras, que é antes uma imbecilidade: construir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inaproveitada, ignorante, nula... (Bomfim, 2005, p. 308-309).

Para o sergipano, o Estado das nações sul-americanas era a continuação persistente do Estado colonial, arraigados em um conservadorismo, obstinados em manter as coisas como estão. O Estado, uma instituição à parte da nação ¹⁹, continuou a executar a função de sugar os recursos, não mais para os centros de comando

¹⁹ Para o autor, Estado e nação são instancias distintas e, muitas vezes, opostas. Em seus escritos, a nação é equivalente ao povo, a população, enquanto o Estado corresponde a elite dirigente do país que trabalha em beneficio próprio em detrimento das necessidades reais e urgentes da nação (Bomfim, 2005, 2010).

metropolitano, mas para a fruição das elites nacionais. Os governantes, uma vez no poder, tendem a usar a máquina pública em benefício próprio, esquecendo-se, de todo, de sua função principal: cuidar do bem público. Bomfim questiona, estarrecido e indignado, o porquê de o Estado não investir na educação. Critica a ação que começa pelo alto, a preocupação com o ensino superior, quando a educação básica é negligenciada e milhões são analfabetos (Bomfim, 2005).

A compreensão de Manoel Bomfim sobre o que foi o processo independentista brasileiro, malogrado pelos refratários e conservadores, reflete o que vem a ser, em seu entender, a formação do Estado brasileiro: apático, desiludido, tendo sua razão de ser a simples manutenção de privilégios de que gozam poucos. Para ele, a guerra independentista não se deu entre metrópole e colônia, mas foi uma guerra civil em que colonos realistas (o elemento refratário) e independentistas se enfrentaram. O espírito republicano, sempre que surgiu a ventilar os ânimos e chacoalhar as ideias, foi solapado pelo conservadorismo das classes dirigentes.

De fora desse organismo oligárquico, os espíritos ardentes, sequiosos de justiça e liberdade, desenvolvem a sua atividade ressuscitando o ideal republicano, reivindicando as franquias e autonomias provinciais e clamando contra a escravidão. Trava-se nova batalha, desaparece finalmente a monarquia; a revolução é incruenta, proclama-se a República, ninguém protesta; ninguém se espanta mesmo ao ver que, no dia seguinte – literalmente no dia seguinte, toda a gente é republicana. O instinto lhe diz que a república vem a ser o que era a monarquia; não há razão para que alguém fique de fora. (...) O primeiro reacionário é o chefe de governo, abre-se logo a luta, e dela já participam ativamente os *conservadores*, os monarquistas de ontem (Bomfim, 2005, p 204-305. Grifos do autor).

Quanto ao novo regime, Bomfim apontava que nada mais era que a "revivescência de épocas transatas" (Bomfim, 2005, p 306). Não houve mudanças nos costumes políticos e logo entraram a reproduzir o *modus operandi* habitual: conservar o estado de coisas. Para que haja uma mudança profunda, as classes dirigentes precisariam conhecer as necessidades da sociedade; mas, para isso, é necessário antes vencer a influência do passado.

Contrariando seus adversários, defensores da premissa que a intervenção do Estado feria o direito de liberdade das crianças e dos pais, Bomfim alegava que cabia ao

Estado defender a nação dos inimigos externos e, internamente, proteger aos mais pobres e desvalidos. Para ele, nada mais frágil e indefeso que as crianças das classes populares e, portanto, cabia ao Estado zelar por seu futuro mediante a instrução. Diante disso, era indispensável o investimento na formação de professores. Em seu artigo sobre a instrução, Bomfim (2010) apontava como prerrogativa da União a garantia do ensino básico, não somente para retirar o povo da ignorância, mas para construir a alma nacional com contornos republicanos e proporcionar a unidade nacional.

Por hora, só há um meio de podermos atingir a essa almejada unificação, caracterização e nacionalização da escola primária – é o acordar voluntário de todos os estados e dos poderes da União. Cumpre provocálo, e, penso, não seria difícil, sobre ser de vantagens para a causa da instrução pública e da segurança da pátria brasileira, vantagens que se mede pela inteira liberdade com que cada parte entra no acordo e pela soma de inteligências, de esforços e de competências, que virão concorrer nessa obra comum (Bomfim, 2010, p. 68)

Em 1897, em meio a turbulenta década em que o novo governo republicano se esforçava por alicerçar suas bases (Carvalho, 1987) o sergipano era defensor e entusiasta de bases gerais para a educação. Projeto que só seria concluído seis décadas depois, com a Lei 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação²⁰.

Para finalizar, considerando sua atuação como historiador, Gontijo (2003) aponta que Bomfim não pode ser abalizado com um historiador, tal qual o foram Capistrano de Abreu ou João Ribeiro. O autor seria melhor qualificado como "pensador da história", uma vez que seus trabalhos criticam a historiografia tradicional, da qual muitos trabalhos eram frutos de autodidatismo e vinculados a tradições intelectuais. As críticas não eram desprovidas de direção ou fundamento, como era frequente nas contendas intelectuais do contexto. De fato, Bomfim levanta questionamentos de ordem metodológica e indaga sobre a objetividade e a subjetividade na produção intelectual e, especificamente, na produção historiográfica – "(...) tempera-se o todo com o molho positivistóide" (Bomfim, 2005, p. 191). Tais questões o inquietam desde *A América Latina*.

²⁰ O texto chegou a Câmera Federal em outubro de 1948 e, depois de mais de uma década de discussões morosas, foi aprovada tendo como um dos principais eixos de discussão a participação da iniciativa privada na educação. Para mais informações, ver Carneiro (2013).

4 Considerações finais

A experiência pessoal e o desenvolvimento intelectual de Bomfim são significativos não pela singularidade de suas ideias, por mais impressionantes que as consideremos, mas por revelar, em sua trajetória, traços gerais de uma sociedade que atravessa intensas mudanças políticas e sociais, cujas lógicas os intelectuais e cientistas se propõem a compreender e explicar. Seus conflitos pessoais e querelas científicas refletem conflitos sociais mais amplos de uma sociedade forjada sobre o trabalho compulsório de parcela significativa da população, procurando olhar para o futuro com os pés firmes no passado. A aceitação e a recusa de suas ideias refletem conflitos de poder que permeiam toda a estrutura social. Um país agrícola que pretende se modernizar direcionando esforços para o cultivo monocultor.

Bomfim indagava como era possível seguir no caminho do progresso quando a política permanecia conservadora e a economia tenazmente atrelada à agricultura. A falta de observação das realidades histórica e social, bem como o apego "sentimental" ao conservadorismo eram, para o sergipano, características específicas a nós legadas pelo parasitismo. Esse "conservadorismo generalizado", arraigado, subsumido na educação, era característica de todos os políticos, quer se declarassem conservadores ou não. Uma vez estabelecidos no poder, passavam a executar o roteiro pré-estabelecido, "aprendidos por séculos de exploração parasitária" (Bomfim, 2005).

Todas as ideias escritas e inspiradas no fogo do ímpeto juvenil serão objeto de melhor tratamento analítico nas obras da maturidade. Desesperançado e desiludido com os rumos da política nacional, Bomfim abandona o espírito radical e abraça o apelo revolucionário. Contudo, as ideias centrais e os posicionamentos políticos permaneciam os mesmos, agora enunciados por alguém que nada tem a perder e a quem resta simplesmente dizer "o que pensa com a paixão que o assunto lhe inspira" (Bomfim, 2005, p. 38).

Referências

AGUIAR, R. C. (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.

ALEXANDER, J. C. (1999). "A importância dos clássicos". In: GIDDENS, A. & TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP.

ALONSO, A. (2002) *Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.

BOMFIM, M. (2010). "Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária". In: GONTIJO, Rebeca (org.). *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massagana. (Coleção Educadores).

BOMFIM, M. (2005). A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOMFIM, M. (1997). O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Topbooks.

CANDIDO, A. (1988). "Radicalismos". Estudos Avançados, 4, (8), 4-18.

CARNEIRO, A. C. (2013). *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. (21ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

CARVALHO, J. M. (1987). Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras.

CHAKRABARTY, D. (2010). "Una pequeña hiatoria de los Estudios Subalternos". IN. SANDOVAL, Pablo (comp.). *Repensando la subalternidad: miradas criticas desde/sobre America Latina*. Lima: IEP, 2010.

COSTA, J. C. C. (2005). "O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do 'nacional' em Manoel Bomfim". *Política & Trabalho*, 22, 165-184.

COSTA, S. (2010). "(Re)encontrando-se nas redes? As ciências sociais humanas e a nova geopolítica do conhecimento". *Estudos de Sociologia*, Recife, 16 (2), 25-43.

CONNELL, R. (2012). "O Império e a criação de uma Ciência Social". *Contemporânea*, 2 (2), 309-336.

CONNELL, R. (2017). "Usando a teoria do Sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática". *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, 1 (1), 87-109.

GIDDENS, A. (2011). *Política, sociologia e teoria social*. (2ª ed.) São Paulo: Unesp.

GONTIJO, R. (2003). "Manoel Bomfim, 'pensador da História' na Primeira República". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 23 (45), 129-154.

GROSFOGUEL, R. (2012). "Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial". *Contemporânea*, v. 2, nº 2, p. 337-362, jul./dez., 2012.

GUALTIERRE, R. G. E. (2003). "O Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876 – 1915)". In: *A recepção do darwinismo no Brasil*. DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

IANNI, O. (2000). "Tendências do pensamento brasileiro". *Tempo Social*, São Paulo, 12 (2), pp. 55-74.

LYNCH, C. E. C. (2015). "Teoria pós-colonial e o pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955)". *Cadernos CRH*, Salvador, 28 (73), 27-45.

LYNCH, C. E. C. (2013) "Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)". *Dados- Revista de Ciências Sociais*, 56 (4), 727-767.

MAIA, J. M. E. (2017) "História da Sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro". *História, ciência, saúde – Manguinhos*, 24, (1), 111-128.

MAIA, J. M. E. (2011a). "O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial". *Revista Estudos Políticos*, 1 (1), 64-78.

MAIA, J. M. E. (2011b) "Ao Sul da Teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro". *Revista Sociedade e Estado*, 26 (2), 71-94.

MARTINS, P. H. (2015). A descolonialidade da América Latina: a heterotopia de uma comunidade de destino solidária. São Paulo: Annablume.

MARTINS, P.H. (2019). *Teoria Crítica da Colonialidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades.

OLIVEIRA, L. L. (2005). "Manoel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo?" *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, 5 (3), 771-797.

OLIVEIRA, L. L. (1990). A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense.

ORTIZ, R. (2013). "Imagens do Brasil". Revista Sociedade e Estado, 28 (3), 609-633.

ORTIZ, R. (2012a). *Cultura Brasileira e identidade nacional*. (5ª ed). São Paulo: Brasiliense.

ORTIZ, R. (2012b). "As Ciências Sociais e a diversidade de sotaques". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (78), 7-24.

ORTIZ, R. (2004). "As Ciências Sociais e o inglês". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (54), 05-22.

PAREDES, M. M. (2010). "A Ibéria como mal-de-origem". *Revista de História das Ideias*, 31, 337-362.

SAID, E. (2007). *Orientalismo*: *o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, L. M. (2003). "O espetáculo da miscigenação". In: *A recepção do darwinismo no Brasil*. DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SILVA, G. F. & MATHIAS, L. L. (2016). "Parasitismo social: chave analítica para a obra de Manoel Bomfim". *Tensões Mundiais*, 12 (23), p. 101-120.

SUSSEKIND, F. & VENTURA, R. (1984). "Uma teoria biológica da mais-valia? Análise da obra de Manoel Bomfim". In: SUSSEKIND, F. & VENTURA, R. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim.* São Paulo: Ed. Moderna.

UEMORI, C. N. (2008). "Darwin por Manoel Bomfim". *Revista Brasileira de História*, 28 (36), 327-348.

VECCHI, R. (2015). "O Mistério de Nápoles e o parasitismo social em Bomfim e Gramsci". *Conexão Letras*, 10 (13), 77-82.

VENTURA, R. (1991). *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIANNA, Luiz Verneck. (1997). *A revolução passiva - Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

WALLERSTEIN, I. (1996). "El eurocentismo y sus avatares: los dilemas de las ciências sociales". *Discurso inaugural da ISA East Asian Regional Coloquium*, realizado em Seul, em 22 e 23 de novembro de 1996.